

Reforma urgente e sem privilégios

Propostas da Força Sindical a ministro da Previdência Social exigem igualdade entre aposentados

No último dia 5, o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, apresentou à direção da Força Sindical um panorama da Previdência. Mais que números, o problema tem a ver com todos os brasileiros.

Segundo Berzoini, o déficit hoje é de R\$ 54 bi, e se nada for feito deve chegar a R\$ 56 bi em 2003. Ele também ressaltou que 66% dos aposentados recebem 1 salário mínimo.

Antes da apresentação, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, lembrou da necessidade urgente da reforma, dos privilégios a serem rompidos e das injustiças do sistema. "Temos propostas e queremos um amplo debate. O que não podemos tolerar são mudanças que prejudiquem ainda mais trabalhadores e aposentados."



Paulinho entrega ao ministro Ricardo Berzoini as propostas da Força Sindical para a reforma do sistema

Veja as propostas da Central na pág. 5

Força faz campanha salarial de emergência

Trabalhadores que tiveram reposição no 2º semestre do ano passado já perderam 50% dos ganhos



Para manter o poder de compra dos trabalhadores, a Força Sindical, a CBTE – Central Brasileira de Trabalhadores e Empregadores – e a CGT estão fazendo uma campanha salarial de emergência para os trabalhadores que conseguiram reposição no último semestre. "Isso vai aumentar nossa força para garantir que o trabalhador não perca o que suou para ganhar", afirma João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical. A Central também já convidou a CUT para participar do movimento.

A decisão da Força de realizar uma campanha salarial de última hora está no resultado de um estudo do Dieese segundo o qual o reajuste obtido pelas categorias no segundo semestre seria corroído pela inflação até fevereiro. O objetivo é unir as categorias que possuem data-base no segundo semestre àquelas com data-base no

primeiro, para que as do segundo compensem as perdas sofridas.

Um exemplo claro é o dos trabalhadores da base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Se for considerado o INPC acumulado de novembro e dezembro em 6,18%, a estimativa aponta que, em março, o acumulado chegará a 11,13%, ou seja, 0,87% acima da reposição conseguida (de 10,26%). Isto apenas dois meses após a obtenção do reajuste.

Entre as categorias da Campanha, estão: metalúrgicos, químicos, têxteis, padeiros, telefônicos e alimentação, que somam quase 2,6 milhões de trabalhadores somente no Estado de São Paulo.

Alguns sindicatos já estão negociando o reajuste diretamente com as empresas, como os Metalúrgicos de Curitiba com a Volvo.

Veja a opinião dos dirigentes na pág. 8



FILMADO A CROSI-GRIT

FUNDADOR

Luíz Antonio de Medeiros

PRESIDENTE

Paulo Pereira da Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Melquides Araújo, Antonio de S. Ramalho, Ramiro de Jesus Pinto, Eunice Cabral, Sérgio Butka, José Carlos de Sena, Paulo Fernandes Lucânia, Danilo Pereira da Silva, Francisco C. Lacerda, Nair de J. Goulart, Carlos C. Lacerda, Antonio A. do Amaral, Osvaldo O. Mafra, Walter Fabro, Geraldo dos S. Silva, Marco A. de M. Lima, Luiz de Oliveira Rodrigues, Roberto Ferreira, Francisco P. de S. Filho, João Carlos Gonçalves (Juruna), Valécia de J. Trindade, Ricardo Patah, Antônio Sérgio Farias, Rubens Romano, Herbet Passos, Esther dos S. Machado, John Fernandes, José Francisco Campos, Arnaldo Gonçalves, Antonio Gonçalves, Almir Munhoz, Antonio Silvan Oliveira, José Pereira dos Santos, Joaquim José da Silva, Cláudio Magrão de Camargo, Edson Santiago da Silva, Neusa Barbosa de Lima, Sandra Regina Alves, Mônica de O. L. Veloso, José Francisco Simões, Adalberto Souza Galvão, Nelson da Silva e Abraão Lincoln da Cruz.

CONSULTORIA

Luiz Fernando Emediato

ASSESSORIA

Antônio Diniz,
João Pedro de Moura

ASSESSORIA DE IMPRENSA

EDITOR

Jorge Luis Pires

REDAÇÃO

Átila Cavalcante, Gleyson Santos,
Ricardo Tiezzi

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Luciano Arnold,
Rodney Simões,
Kerlei Bitencourt

JORNAL DA FORÇA é uma publicação da central de trabalhadores **FORÇA SINDICAL**

Rua Galvão Bueno, 782 - 9º andar
01506-000 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 3347-4000

Jornalista Responsável: Jorge Luis Pires. Diretor Responsável: Paulo Pereira da Silva

www.fsindical.org.br

Editorial

Prontos para o diálogo

Não há alternativas. O Brasil tem que aproveitar o momento histórico para enfim realizar as reformas que possibilitem voltarmos a caminhar. Que permitam colocar um basta na recessão que atormenta a vida do trabalhador e que crie condições para que o emprego e a renda justa sejam uma realidade.

O processo para a reforma da Previdência já está em andamento. Fundamental nesse processo é que a reforma conte com a participação da sociedade.

Por isso, a Força Sindical conversou com o ministro da Previdência no INSS. Depois, foi a vez do ministro vir à casa dos trabalhadores e conversar sobre a Previdência. Bons sinais de que há disposição para o diálogo.

Em todas as vezes, apresentamos o nosso ponto de vista, coerente com o que a central vem dizendo há muitos anos. Que é indispensável que haja um sistema único para os setores público e privado, que é preciso estabelecer um teto de 10 salários mínimos na aposentadoria, que é preciso estimular a previdência privada para aqueles que podem pagar.

Tudo isso tem em vista dois objetivos. O primeiro é criar enfim uma Previdência justa, que trata a todos de forma equilibrada e corrija a grave distorção de fazer alguns ganharem muitos e outros não terem o mínimo para sobreviver com dignidade.

Ao mesmo tempo, essa luta por justiça é uma solução para

Paulo Pereira da Silva



presidente da Força Sindical

Foto: Otonari

o Brasil. Os privilégios que o atual sistema mantém causam o desequilíbrio das contas públicas. O resultado é a falta de capacidade do Estado de investir em causas sociais.

Por tudo isso, agora é vencer ou vencer. É preciso ter coragem para realizar a reforma, e que ela seja feita pra valer, e não só dando uma ajeitadinha e ali.

Para a Força, a reforma é um compromisso.

Artigo

Combater a fome lutando por emprego

A fome é um problema urgente e como tal tem que ser tratado com prioridade. Afinal, como já afirmou Lula, quem tem fome tem pressa, o que justifica as medidas primárias que estão sendo tomadas no objetivo de combater esse flagelo que assola aproximadamente 47 milhões de brasileiros.

Busca-se num primeiro momento dar condições mínimas de alimentação, para se alcançar à efetiva melhoria da qualidade de vida dos necessitados e, estas ações, terão que ser precedidas por políticas de geração de empregos e distribuição de renda. Somente com o acesso dos milhões de excluídos ao merca-

do de trabalho é que realmente poderemos ter a certeza de que estaremos banindo o fantasma da fome em nosso país.

Cálculos do IBGE denunciam que 25% dos brasileiros vivem sem acesso a renda, emprego e educação. Estas informações ficam ainda mais alarmantes quando comparadas a dados internacionais publicados por um estudo feito sobre a Globalização e o desemprego. Segundo o autor, o economista Márcio Pochmann, o Brasil carrega de forma desonrosa o título de vice-campeão mundial de desempregados, com 11.454 milhões de pessoas – ficando apenas atrás da Índia.

Sérgio Butka



presidente da Força Sindical Paraná

Precisamos combater a fome, mas as ações nessa área têm que levar em conta a auto-suficiência dos beneficiados a menos em médio prazo e esse resultado só obteremos através da inclusão destes trabalhadores às atividades formais remuneradas.

A saída certamente não será imediata, mas deve estar centrada em uma política de crescimento econômico, geração de empregos e combate a precarização dos postos de trabalho.

Trabalho humanizado aos domingos

Comerciários em defesa dos direitos dos trabalhadores e da geração de 70 mil empregos imediatos

Há seis anos, quando a medida provisória que trata da Participação dos Lucros e Resultados nas empresas entrou em vigor, o domingo passou a ser considerado um dia normal de trabalho de acordo com o artigo 6º. A lei desamparou os trabalhadores sem definir nenhum direito específico.

Desde então, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo trava uma luta contra o trabalho desumano aos domingos. Perdas dos direitos trabalhistas e falta de tempo para ficar com a família são alguns dos fantasmas que rondam esses comerciários. Mas as coisas mudaram com a aprovação da Lei 13.473, de autoria do vereador Toninho Campanha (PSB-SP), publicada no Diário Oficial do Município no dia 7 de janeiro deste ano. A lei garante que a abertura do comércio aos domingos só deve acontecer mediante negociação entre o sindicato dos trabalhadores e os sindicatos patronais e com



Patah: "abertura do comércio só com negociação"

autorização da prefeitura.

Em reunião com a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo e representantes dos sindicatos patronais entregaram algumas propostas. São elas: trabalhar somente dois domingos mensais, folga para compensar o dia, garantia de vale-refeição e vale-transporte, além de R\$ 15 extras por cada domingo trabalhado. As idéias estão em fase de aprovação.

"Defendemos o trabalho aos domingos desde que este seja realizado de forma humanizada e que gere empregos", afirma o vice-presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, Ricardo Patah. Segundo ele, a proposta de o comerciário trabalhar apenas dois domingos por mês poderia gerar cerca de 70 mil empregos imediatos, já que há, aproximadamente, o mesmo número de estabelecimentos comerciais em São Paulo.

Imposto de Renda

Fome de leão

Força Sindical exige do governo correção da tabela do imposto

Em janeiro, a Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizaram uma carreta na avenida Paulista (centro de São Paulo) para exigir que o governo reajuste a tabela do Imposto de Renda. Sem a modificação na alíquota, muitos trabalhadores que antes não precisavam contribuir com a receita Federal, acabaram sendo incluídos na lista de contribuintes.

A Central também protocolou na Justiça Federal uma Ação Civil Pública pedindo a correção do IR. A Força defende reajuste de 14,74%, correspondente ao INPC de janeiro a dezembro de 2002, ou, no mínimo, de

12,5%, referente à inflação medida pelo IPCA no mesmo período.

"O objetivo do governo em não promover o reajuste é óbvio: aumentar a arrecadação sem nenhum critério", avalia Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical. "Mais uma vez, quem está pagando a conta é quem menos pode: o trabalhador que tem menos rendimentos."

Sem o reajuste, 5 milhões de pessoas estão sendo prejudicadas. Uma parcela delas, porque se tornou contribuinte simplesmente depois de obter reposição salarial no ano passado, e outra, porque passou a pagar 27,5% de imposto, quando antes pagava 15%.



Carreta na av. Paulista pela correção do IR: para aumentar arrecadação, governo não alterou alíquota do imposto

As propostas que quer

Leia abaixo um resumo da proposta da Força entregue ao ministro da Previd

1 Adoção de um Sistema Misto de Contribuição Patronal incidente sobre a folha de salários, o faturamento bruto das empresas. As informações disponíveis indicam que hoje no Brasil cerca de 60% da população economicamente ativa, isto é, cerca de 40 milhões de pessoas, não estão incluídas no RGPS (Regime Geral da Previdência Social). Esse enorme contingente, que constitui o chamado setor informal da economia, exerce atividade produtiva, e uma significativa parcela dessas pessoas trabalha na condição de empregado, mas sem o devido registro do contrato de trabalho na carteira profissional.

Uma alegação bastante freqüente afirma que um dos maiores empecilhos à regular contratação de empregados em nosso País é o elevado valor dos encargos sociais que incidem sobre a folha de salários – a contribuição patronal equivale, praticamente, ao dobro da contribuição do empregado, isto é, 20%, com acréscimo, ainda, da alíquota de 1%, 2% ou 3%, conforme a classificação de risco da empresa, para dar cobertura a acidentes de trabalho. Desta forma sustenta-se que uma carga menor de contribuições sobre a folha traria como contrapartida imediata um maior volume de contratações, assim como, também, a regularização da situação de empregados que atualmente trabalham sem registro em carteira.

Especialistas da previdência vêm defendendo proposta no sentido de que a contribuição previdenciária patronal passe a incidir, exclusivamente, sobre o faturamento bruto ou a receita das empresas. Essa proposta sofre severas críticas. Num plano, significaria arrumar e diminuir a natureza previdenciária da contribuição num dos seus mais importantes aspectos, ou seja, o princípio da solidariedade que rege a previdência social. Sob outra ótica, o risco e a possibilidade de oscilações no faturamento das empresas, principalmente durante crises gerais ou setoriais da economia, poderiam comprometer seriamente o montante da arrecadação, criando-se, assim, um indesejável fator de irreversibilidade e instabilidade no sistema.

Ao examinarmos o assunto, consideramos apropriado lançar ao debate a ideia de um sistema misto de contribuição patronal. Nas linhas básicas, a contribuição patronal passaria a se compor de três parcelas, a saber: a) a primeira seria igual àquela paga pelos empregados, o que significa que os 20% atualmente pagos pelo empregador sobre a folha de salários cairiam para cerca de 10%; b) a segunda incidiria sobre o faturamento; c) a terceira recairia sobre o lucro.

Esse modelo de financiamento, tendo em vista a existência de empresas de mão-de-obra intensiva e de ca-

pital intensivo, poderia estabelecer alíquotas de contribuição diferenciadas, de modo a premiar aquelas que geram maior quantidade de empregos.

Quanto ao aspecto legal, a Constituição Federal, no artigo 195, já abriga a possibilidade de contribuição das empresas sobre o faturamento e o lucro e, dessa forma, a criação de um sistema misto de contribuição patronal pode ser feita através de Lei Ordinária, sem que seja necessária proposição para emendar a Lei Magna. Convém lembrar que contribuições sobre o faturamento e o lucro já vêm ocorrendo, bastando citar, em primeiro lugar, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), introduzida através da LC nº 70, de 30.12.91, equivalente a 3% sobre o faturamento mensal, assim consideradas a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços de qualquer natureza; em segundo lugar, contribuições sobre o lucro; em terceiro, a contribuição da empresa rural, equivalente 2,5% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.

A nos ver, a criação de um sistema misto de contribuição patronal, em razão das implicações que teria, precisa ser submetida a um profundo exame para alicatar suas vantagens, desvantagens e conveniências, enfim, faz-se necessário um estudo de viabilidade. Esse estudo envolve, entre outras providências, a realização de cálculos atuariais e simulações econométricas capazes de fornecer uma previsão do custo dos eventos cobertos, tais como aposentadorias e pensões, estudos esses indispensáveis para equacionar qualquer sistema de seguro ou previdência social, pois é sabido que sem tais cálculos e projeções é totalmente impossível prever o custo dos benefícios assegurados e estabelecer uma tabela de alíquotas de contribuição que garantam a arrecadação exigida para fedar a conta de receitas e despesas ao longo do tempo.

2 Adoção de um Plano de Reajustamentos do Salário Mínimo de modo que, paulatinamente e a médio prazo, venha ele a atingir o valor capaz de atender, de fato, às necessidades vitais básicas na forma prevista na Constituição Federal, assegurando-se, assim, melhores condições de vida aos aposentados e pensionistas.

3 Reajuste das aposentadorias e pensões na mesma data do reajuste do salário mínimo e no mesmo percentual que lhe for assegurado para aqueles que percebem acima do piso. Desde 1.991, quando se desatrelou o reajuste dos benefícios do reajuste integral do mínimo, os aposentados e pensionistas vêm sofrendo contínuas perdas no valor de seus benefícios e com

Foto: Dora Neves



Acima, o ministro da Previdência Social, Central (abaixo) as razões da urgência sindicalistas também tratou das reformas



remos para a Reforma

Assistência Social para a realização de uma reforma justa do sistema previdenciário



Ricardo Berzoini, expõe aos dirigentes da em reformar o sistema. A plenária dos se da Campanha Salarial de Emergência



terrível arrocho cuja tendência, caso não haja uma alteração legal, vai se acentuar cada vez mais. Cite-se como exemplo da distorção o ano de 2.002. Os 13 milhões de aposentados e pensionistas que percebiam o piso tiveram reajuste de R\$ 180,00 para R\$ 200,00, ou seja 11,11%, enquanto que os 7 milhões que ganhavam acima do piso receberam da ordem de 7% de reajustamento total.

4 *Estabelecimento de um Plano de Reajuste para a correção das perdas históricas que as aposentadorias e pensões sofreram nos últimos anos, de modo a recuperar o poder aquisitivo que possuíam na data de suas concessões.*

5 *Implementação do Regime Único de Previdência Social, com teto de 10 salários mínimos, com administração quadripartite, abrangendo, num só organismo, o setor privado e o setor público, com a finalidade de equiparar direitos e obrigações de todos os trabalhadores, e a colocar um ponto final nos atuais privilégios e na iniquidade social gerada pela atual legislação.*

6 *Introdução de profundas alterações na administração previdenciária de modo a modernizá-la, democratizá-la e capacitá-la para combater as fraudes, a sonegação e a evasão.*

7 *Reexame da política de renúncia fiscal atualmente adotada pela previdência social de modo a diminuir as isenções concedidas.*

8 *Promoção das alterações necessárias na legislação, com base no artigo 114 da Constituição Federal, de modo a atribuir à Justiça do Trabalho, competência funcional para processar e julgar as causas previdenciárias e de acidentes do trabalho, assim como promover a execução das dívidas à Previdência Social.*

9 *Mudança do atual calendário de pagamento dos benefícios de modo a que todos recebam até o 5º dia útil de cada mês.*

10 *Criação e implementação de um Plano Nacional que, verdadeiramente, assegure a distribuição e fornecimento gratuito de medicamentos aos aposentados e pensionistas.*

11 *Criação e implementação de um Plano Nacional que, verdadeiramente, assegure uma política de atendimento especial de natureza geriátrica aos beneficiários.*

12 *Criação e implementação de um Plano Nacional que assegure, de fato, uma política pública ampla e especial de proteção ao idoso, inclusive como medida de combate à miséria existente no País. A Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 07.12.93, dá à assistência social o caráter de política de seguridade social não contributiva. Esta última estabelece no inciso VI do art. 2º a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, mas a concessão do benefício abrange apenas o idoso cuja família tenha renda inferior a R\$ 25 por pessoa – esse auxílio também é assegurado aos indígenas e ao estrangeiro, naturalizado e domiciliado no Brasil, desde que não seja amparado pelo sistema previdenciário do seu país de origem. O benefício, até 31.12.97, era assegurado ao idoso com mais de 70 anos. A partir de 1º de janeiro de 98, a idade desceu para 67 anos, e, finalmente, a partir de 1º de janeiro de 2.000, caiu para 65 anos. É conveniente lembrar que, pela lei brasileira, a pessoa é considerada idosa ao atingir 60 anos de idade. Propomos a diminuição da idade para 60 anos com renda mínima para 1 salário mínimo, em qualquer hipótese. Para que haja uma melhor distribuição de renda e justiça social.*

13 *Implementação da uniformização do atendimento geral nos órgãos da previdência de modo a evitar, por exemplo, variações de interpretação nos cálculos e na contagem de tempo de serviço dos segurados.*

14 *Garantir direito a aposentadorias específicas aos trabalhadores em razão de atividades insalubres, penosas ou de alta periculosidade. Vale ressaltar que diversas categorias são penosas, com resultados danosos aos trabalhadores no decorrer de anos de trabalho. Entre elas, podemos citar: motoristas, mineiros, entre outras.*

15 *Estabelecer um período máximo para transformar as aposentadorias por invalidez em definitivas. Isso evitará longos e dolorosos processos por parte de milhares de trabalhadores e custos extras para o sistema previdenciário.*

16 *Submeter as principais diretrizes da reforma a um plebiscito, na hipótese de surgirem obstáculos de difícil transposição e que possam fazer naufragar a tentativa de fazer as necessárias alterações no sistema de Previdência Social público e privado.*

Central leva Bovespa até a fábrica

Projeto mostra aos trabalhadores as oportunidades de investir em ações

No último dia 28 de janeiro, os 300 trabalhadores da empresa Olimpus Antenas e Alarmes – metalúrgica da zona sul de São Paulo – começaram o dia de uma forma diferente. Em vez de começarem a trabalhar logo que chegaram, foram convidados a aprender como funciona a Bolsa de Valores de São Paulo e a descobrir as vantagens do investimento em ações. A iniciativa faz parte do projeto “Bovespa vai à Fábrica”, criado em parceria com a Força Sindical, e tem como objetivo popularizar o mercado financeiro, atraindo pequenos investidores para o pregão.

Na Olimpus, a Bovespa utilizou um recurso que estará presente em todas as futuras visitas a fábricas: o Bovmóvel, uma unidade móvel que presta informações sobre o universo da Bolsa de Valores, do mercado financeiro e dos clubes de investimentos.

Além do Bovmóvel, a Força e a Bovespa instalaram no Palácio do Trabalhador (sede da Central) um escritório de relacionamento que conta com TV, vídeo, Internet, folhetos e uma equipe de especialistas, todos voltados para o esclarecimento de dúvidas dos trabalhadores e explicar o funcionamento do mercado acionário.



Raymundo Magliano (acima, com microfone), presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, e Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, explicam aos trabalhadores da Olimpus, em São Paulo, o funcionamento do mercado de ações e as possibilidades de ganhos

Proteção do emprego



Lacerda: falsificação e pirataria são nefastos para o emprego

Buscando proteger o emprego de centenas de trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus, a Força Sindical do Amazonas lançou uma campanha de combate à pirataria e ao contrabando.

A entidade, explica o presidente da regional Amazonas, Carlos Lacerda, irá distribuir camisetas e espalhar outdoors pelo Norte do país com o slogan “Pirataria e contrabando são crime e geram desemprego.

Campanha combate pirataria e falsificação

O sindicalista observa que o país deixa de arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões por ano devido à venda de produtos falsificados. “É necessário acabar com essa prática de falsificação e contrabando, que têm efeitos nefastos, como o desemprego”, diz o presidente da Força Amazonas.

Além da campanha publicitária, a Força Sindical do Amazonas pretende fazer também um grande seminário sobre a questão do contrabando e da pirataria. A intenção é discutir esse problema com representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários.

Indicação



Preocupada em erradicar a fome no país, a Força Sindical indicou o companheiro Almir Munhoz, presidente do Sindicato dos Telefônicos de SP, para ser nosso representante no Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Força e Centro de Solidariedade criam projetos voltados para deficientes

Central foi responsável por primeiro curso na cidade paulista para trabalhadores com deficiência

Depois de inovar ao oferecer o primeiro curso de qualificação em telemarketing voltado exclusivamente para deficientes visuais em Guarulhos (Grande São Paulo), a Força Sindical e o Centro de Solidariedade ao Trabalhador local criaram um cadastro específico para trabalhadores portadores de deficiência.

"Agora, a ideia é elaborar cursos de acordo com a necessidade do empregador, para que os trabalhadores entrem direto nas empresas após estudarem", anuncia Antônio Silvan Oliveira, presidente da Força Sindical Regional Guarulhos e do Sindicato dos Químicos da cidade. O projeto deve ser oferecido assim que o governo liberar a verba para os cursos de qualificação e requalificação da Central.

Por enquanto, continua em atividade apenas o cadastro para esses trabalhadores. Até o momento, há 1.398 deficientes cadastrados no Centro de Solidariedade ao Trabalhador em Guarulhos. Destas, aproximadamente 100 pessoas foram recolocadas no mercado de trabalho em 2002.

"As empresas querem contratar, mas o



Arquivo Força Sindical

Formandos do curso de telemarketing para deficientes visuais exemplo de cidadania

deficiente ainda não está qualificado para ocupar as vagas disponíveis. Isso precisa mudar", afirma.

Mais perto de quem precisa

O Centro de Solidariedade possui uma equipe exclusiva para visitar entidades de assistência a deficientes e para cadastrá-los junto a essas instituições. No posto, alguns atendentes também já são treinados para falar em linguagem de sinais.

A iniciativa da Força e do Centro não

resolve todos os problemas que essa população enfrenta. Um dos mais graves é a falta de transporte público adaptado. "Durante o curso, iam buscá-los nas associações e os levávamos para a sede da Força", conta.

Silvan considera importante frisar que o deficiente não deve substituir o trabalhador. "Não queremos criar uma guerra, e o projeto não deve ser encarado como caridade". Segundo ele, é preciso levar em consideração as limitações desses trabalhadores, "mas sem protecionismo".

Congressos

Metalúrgicos de São Paulo discutem reformas

O Sindicato das Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região promove, entre os dias 21 e 23 de março, a partir das 8h, o 10º congresso da entidade. O palco do encontro será o Ginásio do Ibirapuera, que fica na rua Manoel de Nóbrega, 1361, zona sul de São Paulo.

Os temas a serem discutidos no congresso serão: reformas da Previdência, tributária, fiscal, trabalhista e da estrutura sindical, política agrícola: saúde e segurança do trabalhador; e as bandeiras de luta da categoria.

Os metalúrgicos interessados já podem participar. Todas as sextas-feiras, a partir das 18h, o Sindicato realiza uma reunião preparatória no Palácio do Trabalhador (rua Galvão Bueno, 782, Liberdade, em São Paulo), em Mogi das Cruzes (rua Afonso Pena, 137) e nas subseções de Santo Amaro (rua Barão de Rio Branco, 864), Lapa (rua Caetano, 314), Itaquera (rua Benedito Coelho, 163) e Tucuruvi (av. Guapira, 920). Basta procurar um diretor da entidade e se inscrever. O telefone do Sindicato é (011) 3388-1000.

Condutores promovem quinto encontro da categoria

O Sindicato das Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo realiza, nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro na Praia Grande (SP), o 5º congresso da categoria.

Entre os temas abordados no congresso, estão "Alternativas para a crise no setor de transporte da capital", "Violência urbana e seus reflexos na categoria", "Reforma da Previdência e aposentadoria de risco" e "Campanha salarial 2003".

O objetivo do evento é discutir soluções capazes de reverter a grave crise por que passa o sistema de transporte coletivo da capital paulista. São esperadas mais de 700 pessoas, entre delegados sindicais, convidados e militantes.



Campanha Salarial de Emergência

Dirco Pereira



"Agora, o debate deve ser feito com as bases. Os trabalhadores têm de participar diretamente. Vamos aproveitar para buscar novas idéias"

Eleno José Bezerra, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP

Dirco Pereira



Nós precisamos nos pautar pela proposição de idéias e não por ser governo ou oposição. A Força não faz oposição, ela age em prol da cidadania e dos seus trabalhadores

Chiquinho Pereira, presidente do Sindicato dos Padeiros de SP

Antonio Força Sindical



A campanha salarial de emergência da Força Sindical não é pela indexação, mas pela manutenção do poder aquisitivo das pessoas

Antonio do Amaral, presidente da Força Sindical Rondônia

Antonio Força Sindical



Não podemos perder de vista a ação sindical, o dia-a-dia, mesmo que a gente expanda a nossa área de atuação. A central tem o compromisso de transformar este país

Danilo Pereira, presidente da Federação dos Químicos de SP

Antonio Força Sindical



A Força tem de continuar a defender as propostas que sejam boas para o trabalhador. O novo governo deve defender o interesse da maioria e não privilegiar um grupo.

Neusa Barbosa, secretária da Mulher da Força Sindical

Antonio Força Sindical



Ainda estamos discutindo pontos importantes para a elaboração de uma única proposta da nossa central.

Ozano Pereira, presidente da Federação do Papel e Papelão de SP

Reforma da Previdência

Dirco Pereira



A aposentadoria é responsável pelo sustento de muitas famílias. Nossos aposentados não devem arcar com o ônus de um sistema falido

João Batista Innocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical

Antonio Força Sindical



Temos grande responsabilidade em ajudar o governo nas reformas. Sem a Força Sindical, o governo não conseguirá fazê-las. Temos de saber a hora certa de nos manifestar

Nair Goulart, presidente da Força Sindical Bahia

Repudiamos a Guerra EUA X IRAQUE



PELA PAZ NO MUNDO